



**ESPIRITO
SANTO**

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO

IPES

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES

Elementos para Diagnósticos Municipais

APRESENTAÇÃO

1. MICRORREGIÃO METRÓPOLE EXPANDIDA SUL	3
2. ELEMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS	9
2.1. MUNICÍPIO DE GUARAPARI	9
2.1.1. Introdução	9
2.1.2. Setor agropecuário	9
2.1.3. Atividade pesqueira	10
2.1.4. Setor industrial	10
2.1.5. Setor comércio/serviços	10
2.1.6. Centro/distrito industrial	10
2.1.7. Agências bancárias presentes no município	11
2.1.8. Prefeitura Municipal de Guarapari	11
2.1.9. Estruturas do Estado e do governo federal presentes no município	11
2.1.10. Agência de desenvolvimento local	11
2.1.11. Consórcios intermunicipais	11
2.1.12. Projetos potenciais	12
2.1.13. Assentamentos rurais	12
2.1.14. Instituição de ensino superior	13
2.1.15. Turismo	13
2.1.16. Instituições e pessoas entrevistadas	13
2.2. MUNICÍPIO DE MARATAÍZES	14
2.2.1. Introdução	14
2.2.2. Setor agropecuário	14
2.2.3. Atividade da pesca	15
2.2.4. Indústrias instaladas no município	15
2.2.5. Setor comércio/serviços	16
2.2.6. Centro/distrito industrial	16
2.2.7. Agências bancárias presentes no município	16
2.2.8. Prefeitura Municipal de Marataízes	16
2.2.9. Estruturas do Estado presentes no município	16
2.2.10. Agência de desenvolvimento local	16
2.2.11. Consórcios intermunicipais	16
2.2.12. Associações, cooperativas, conselhos, sindicatos, ONGs e outros	17
2.2.13. Projetos potenciais	18
2.2.14. Assentamentos rurais	18
2.2.15. Instituições de ensino superior	18
2.2.16. Turismo	18
2.2.17. Instituições e pessoas entrevistadas	18
2.3. MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM	20
2.3.1. Introdução	20
2.3.2. Setor agropecuário	20
2.3.3. Atividade da pesca	22
2.3.4. Indústrias instaladas no município	22
2.3.5. Setor comércio/serviços	22
2.3.6. Agências bancárias presentes no município	23
2.3.7. Prefeitura Municipal de Itapemirim	23
2.3.8. Estruturas do Estado presentes no município	23
2.3.9. Agência de desenvolvimento local	23
2.3.10. Consórcios intermunicipais	23
2.3.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	24
2.3.12. Assentamentos rurais	25
2.3.13. Instituições de ensino superior	25
2.3.14. Turismo	25
2.3.15. Instituições/pessoas entrevistadas	25
2.4. MUNICÍPIO DE ANCHIETA	26

2.4.1. Introdução.....	26
2.4.2. Setor agropecuário	26
2.4.3. Atividade da pesca	27
2.4.4. Setor industrial.....	28
2.4.5. Setor comércio/serviços	29
2.4.6. Centro/distrito industrial.....	30
2.4.7. Agências bancárias presentes no município.....	30
2.4.8. Prefeitura Municipal de Anchieta.....	30
2.4.9. Estrutura do Estado presente no município	30
2.4.10. Agência de desenvolvimento local	30
2.4.11. Consórcio intermunicipal	30
2.4.12. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	30
2.4.13. Projetos potenciais	33
2.4.14. Assentamentos rurais.....	34
2.4.15. Instituições de ensino superior.....	34
2.4.16. Turismo.....	34
2.4.17. Instituições e pessoas entrevistadas.....	35
2.5. MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES	36
2.5.1. Introdução.....	36
2.5.2. Setor agropecuário	36
2.5.3. Indústrias instaladas no município	37
2.5.4. Setor comércio/serviços	37
2.5.5. Centro/distrito industrial.....	37
2.5.6. Agências bancárias existentes no município	37
2.5.7. Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves	38
2.5.8. Estruturas do Estado presentes no município	38
2.5.9. Agência de desenvolvimento municipal	38
2.5.10. Consórcios intermunicipais	38
2.5.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	38
2.5.12. Projetos potenciais	39
2.5.13. Assentamentos rurais.....	39
2.5.14. Instituições de ensino superior.....	39
2.5.15. Turismo.....	39
2.5.16. Instituições entrevistadas	40
2.6. MUNICÍPIO DE PIÚMA.....	41
2.6.1. Introdução.....	41
2.6.2. Setor agropecuário	41
2.6.3. Atividade pesqueira	42
2.6.4. Indústrias instaladas no município	42
2.6.5. Setor comércio/serviços	43
2.6.6. Centro/distrito industrial.....	43
2.6.7. Agência bancária presente no município	43
2.6.8. Prefeitura Municipal de Piúma	43
2.6.9. Estruturas do Estado e do governo federal presentes no município	43
2.6.10. Agência de desenvolvimento local	44
2.6.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	44
2.6.12. Projetos potenciais	44
2.6.13. Assentamentos rurais.....	45
2.6.14. Instituições de ensino superior.....	45
2.6.15. Turismo.....	45
2.6.16. Instituições entrevistadas	47
2.7. MUNICÍPIO DE ICONHA	48
2.7.1. Introdução.....	48
2.7.2. Setor agropecuário	48
2.7.3. Setor comércio/serviços	49
2.7.4. Indústrias instaladas no município	49
2.7.5. Centro/distrito industrial.....	50
2.7.6. Agências bancárias presentes no município.....	50
2.7.7. Prefeitura Municipal de Iconha	50
2.7.8. Estrutura do Estado presente no município	50

2.7.9. Agência de desenvolvimento local	50
2.7.10. Consórcios intermunicipais	50
2.7.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros	50
2.7.12. Assentamentos rurais	51
2.7.13. Instituições de ensino superior	51
2.7.14. Instituições entrevistadas	51

1. MICRORREGIÃO METRÓPOLE EXPANDIDA SUL

A Microrregião (MCR) Metrópole Expandida Sul, composta por sete municípios (Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Piúma), possui as seguintes características básicas:

Tem como atividade econômica motriz o turismo, que engendra uma quantidade significativa de relações mercantis, respondendo significativamente pela geração de renda e emprego.

A quase totalidade da porção microrregional situada a oeste da BR-101, abrangendo as áreas mais elevadas e acidentadas, é economicamente ordenada por atividades agropecuárias, destacando-se o manejo do gado, a cafeicultura e, sobretudo, o cultivo e a comercialização da banana. Na divisa com a Microrregião Central Serrana aparece também a olericultura.

Na porção litoral sul da microrregião em direção ao interior cultiva-se a cana-de-açúcar, subordinada à lógica da agroindústria Paineiras. Algumas experiências empresariais com fruticultura têm ocorrido com resultados satisfatórios, como é o caso do cultivo do abacaxi.

O complexo bananicultor do centro-sul do Espírito Santo encontra-se organizado sob a lógica do capital comercial, personificado nas figuras das firmas que atuam na compra junto aos produtores e revendem a quase totalidade da produção nas Ceasas do RJ e de Minas Gerais. Localizam-se principalmente em Alfredo Chaves, Iconha e Guarapari.

A atividade pesqueira é de fundamental importância nos municípios litorâneos da microrregião — Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim e Marataízes —, gerando um total aproximado de 4.170 empregos diretos e indiretos. Para que se tenha uma pesca de alta qualidade e competitiva, são necessários os seguintes fatores, dentre outros: abundância do pescado; uso de tecnologia (das embarcações, “técnicas de resfriamento”, instrumentos modernos de navegação e de localização de cardumes, etc.); qualidade das embarcações; alto nível de organização dos profissionais do mar (colônias e cooperativas) e estrutura de comercialização.

Quanto à área de pesca, sabe-se que os profissionais capixabas, além de explorarem a costa do Espírito Santo, vão até às proximidades de Abrolhos, ao norte, percorrendo também o Sul do País até a costa do Estado de Santa Catarina. Considerando-se, ainda, que a maior parte deles atua em águas rasas e médias, dá para imaginar o nível de concorrência entre os vários estados da Federação. Por outro lado, há que se cuidar dos aspectos eminentemente ambientais: trata-se de uma exploração racional e ordenada, obedecendo aos ciclos normais de reprodução dos cardumes. Este é um grande problema para o setor.

No que diz respeito ao uso de tecnologia, são de conhecimento amplo as dificuldades dos nossos pescadores, que, geralmente, têm de contentar-se com barcos de madeira, de pequena envergadura — apelidados de “Tu-tu-tu”; é

impossível que tais embarcações atinjam distâncias maiores com bom nível de segurança; além do mais, “congelamento e estocagem do pescado” só se adapta a grande quantidade de pescado e a barcos de maior envergadura e construídos com técnicas e materiais mais apurados. Neste aspecto particular vem a denominação “pesca artesanal”. É necessário dar um salto de qualidade, fazendo com que nossa pesca seja menos artesanal e mais profissional.

Apesar de os produtores de pescado já estarem organizados em suas colônias ou outras formas do gênero, é necessário um salto qualitativo também neste campo. Ficam as questões para posterior reflexão: como fortalecer as colônias já existentes e implantar novas? É possível e desejável que elas se “especializem”, organizando categorias diferenciadas de pescadores? Como integrá-las ao longo de todo o litoral capixaba (320 km de costa) — quais os meios mais viáveis para se chegar a esta integração?

A organização dos profissionais tem, entre outros objetivos, a quebra no sistema tradicional de comercialização, na tentativa de sair do esquema perverso: o pescado é adquirido a preços ínfimos nos pontos de compra direta (baixa remuneração do produtor) e vendido a preços vantajosos na ponta do mercado. Ou seja, ao longo da cadeia captura–comercialização, sempre perdem os pequenos pescadores e ganham os grandes atravessadores. Cabe aos poderes públicos (municipal e estadual) uma intervenção direta no setor, indo para além dos trabalhos — não deixando de reconhecer sua extrema importância — realizados pelos escritórios locais da Emcaper. Em síntese, a questão de fundo que se coloca é a seguinte: como transformar o ES de um simples pólo de atividade pesqueira artesanal em um estado que pode estar à frente neste processo, de crucial importância socioeconômica?

As tabelas a seguir nos mostram as principais características do setor industrial na microrregião:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Itapemirim	38	10,38	2.735	46,68
Guarapari	171	46,72	1.880	32,08
Anchieta	45	16,47	863	14,72
Iconha	22	6,01	127	2,17
Alfredo Chaves	15	4,09	92	1,57
Piúma	39	10,65	91	1,56
Marataízes	36	9,87	71	1,22
Microrregião (total)	366	100,00	5.859	100,00

Fonte: FINDES/IDEIES

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	366	5,86	5.859	5,08
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: FINDES/IDEIES

O curioso é notar (veja a primeira tabela) que o município de Itapemirim é o que está em primeiro lugar no *ranking* dos oito, a partir do critério pessoal ocupado, superando Guarapari e Anchieta. Como está registrado no diagnóstico sumário daquele município, é provável que o gênero alimentos seja o grande responsável por tal desempenho (representa 78% do pessoal ocupado do município). Já a partir do critério número de empresas, Guarapari supera significativamente todos os outros, com a presença marcante da construção civil, das indústrias alimentares e dos minerais não-metálicos.

Comparando-se a Microrregião Metrópole Expandida Sul com o conjunto estadual, nota-se que ela se encontra em posição relativamente privilegiada. Supondo que a distribuição espacial das plantas industriais fosse homogênea, teríamos as seguintes médias: 9.606 para o pessoal ocupado e 520 para as plantas. Assim, a microrregião está apenas um pouco abaixo da média, o que expressa um significativo desempenho, principalmente se levarmos em consideração que não se trata de uma microrregião estritamente industrial (como a Grande Vitória), mas “vocacionada” naturalmente para o turismo litorâneo.

A Samarco Mineração é um agente de peso e produtor de impactos no eixo expandido sul. Na sua ação articulada — produção industrial de pelotas de minério de ferro e movimentação portuária — exerce efeitos na economia local sobre a infraestrutura existente e o meio ambiente. No município de Anchieta localiza-se a

unidade de Ponta Ubu, onde a empresa mantém duas usinas de pelotização e um terminal marítimo próprio. As duas unidades estão ligadas por um mineroduto com 396 km de extensão e capacidade para 14 milhões de t/ano. O terminal marítimo próprio tem capacidade para embarcar até 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Navios de até 180 mil toneladas são carregados ao ritmo nominal de 8 mil t/hora. Além de embarcar os produtos da empresa, o porto também é utilizado para a descarga de insumos para a usina. A Samarco também chega a realizar descarga de carvão e carregamentos de madeira para terceiros, com bons índices de produtividade.

Portanto, trata-se de uma megaplanta industrial de inquestionável importância para a microrregião. Por outro lado, a presença desta unidade numa região de grande potencialidade turística encerra uma contradição. Considerando-se exclusivamente a vocação turística da microrregião, é de questionar o sentido do processo de industrialização que nela se desenvolve. Assim, é fundamental que se aprofunde e diversifique o seu parque, mas obedecendo a critérios rígidos de controle ambiental. Fica, então, um questionamento que é posto para todas as microrregiões do Estado, especialmente para as de grande potencial turístico (como a Metrópole Expandida Sul, a Sudoeste Serrana e a Centro Serrana): que tipologia de indústrias é fundamental para o Espírito Santo, no sentido de gerarem emprego, mas, ao mesmo tempo, estarem integradas às exigências mais rígidas de controle ambiental?

A cidade de Guarapari exerce uma posição de destaque no contexto considerado. Tem um dinamismo econômico com bruscas variações, dado que sua atividade turística — turismo de massa litorâneo — é demasiadamente atrelada às condições sazonais. Isso vale também para o conjunto da porção litorânea da microrregião.

Além da rede hoteleira e serviços afins, bem como as potencialidades naturais e históricas que normalmente simbolizam uma “área turística”, observa-se o papel desempenhado por Guarapari enquanto *locus* para o desenvolvimento acentuado do mercado de imóveis urbanos (construção, incorporação e vendas), estimulado pelas vantagens comparativas naturais e as estruturadas nessa faixa geográfica. Assim, pode-se afirmar que Guarapari, além de ser a cidade mais importante da Microrregião Metrópole Expandida Sul, cumpre não somente um papel de cidade local completa, que polariza seu interior, mas de cidade-pólo, disputando com a Grande Vitória e Cachoeiro de Itapemirim as preferências das populações circunvizinhas.

Os demais núcleos urbanos dessa microrregião turística cumprem função complementar localizada, com terminais pesqueiros e avanços em seu processo de urbanização.

Sua faixa litorânea assumirá cada vez mais a função de eixo para o crescimento de segmentos do comércio, serviços turísticos e de residência para a população de poder aquisitivo mais elevado.

A consolidação ainda maior do setor turístico, no sentido da constituição de um pólo de referência nacional, deve, assim, pelas próprias potencialidades e papel que hoje assume, tornar-se o centro dos esforços para o desenvolvimento dessa microrregião, para onde o foco das ações estratégicas deve estar voltado.

A seguir, o elenco de algumas propostas de ação específicas para o segmento:

Melhorar o segmento turístico na sua totalidade. Do ponto de vista da rede hoteleira e das agências de turismo, necessita-se de uma maior articulação com operadoras internas e externas para viabilizar pacotes turísticos.

Executar campanhas de divulgação dos atrativos turísticos existentes, tanto em âmbito nacional quanto no exterior, através de uma política de *marketing* que envolveria também a participação do governo, por exemplo, na organização de *workshops*.

Melhoria na capacitação empresarial e gerencial das empresas do setor, bem como a elevação qualitativa e ampliação de cursos de formação de mão-de-obra. A participação do Sebrae/ES é significativa; deve-se aprimorar as ações de acompanhamento junto às pequenas empresas visando evitar o estrangulamento após o período de veraneio.

Necessidade de classificação dos estabelecimentos pela Embratur para melhor qualidade do atendimento, elevando os níveis de atração dos turistas.

Maior articulação entre as empresas prestadoras de serviços à rede hoteleira para que se reestruturarem de acordo com as necessidades, além de disseminar serviços mais qualificados.

Forte ação entre os empresários do complexo (hotéis, agências de viagens, donos de bares e restaurantes, comércio em geral) juntamente com órgãos culturais e de divulgação das prefeituras e do governo estadual, para criar alternativas “durante o ano todo” com o objetivo de reduzir a característica de excessiva dependência da alta estação, ou seja, os meses de verão. Isto, através da promoção de eventos diversos (congressos, festivais, festas típicas, etc.).

Estimular campanhas de divulgação mais agressivas das potencialidades turísticas junto aos estados que mais emitem turistas.

Preservar e recuperar o patrimônio histórico da microrregião para incorporá-lo à lógica de tal atividade.

Através de ações da Seama, controlar mais detidamente os aspectos paisagísticos e hídricos associados ao segmento. Viabilizar meios para que a comunidade atue como fiscal, denunciando infrações ambientais, bem como estimular campanha de educação ambiental. Isso poderia ser feito em comum acordo com a Sedu e as prefeituras locais.

Racionamento e melhor aproveitamento dos espaços urbanos via adoção de Plano Diretor Urbano (PDU).

Ações da Cesan através de uma política voltada para a garantia da qualidade de vida e do abastecimento planejado para a região (água e saneamento).

Apoio do Bandes ao investimento sintonizado ao complexo turístico, que é o núcleo estruturante dessa microrregião, principalmente em infra-estrutura complementar, como: marinas, parques aquáticos, centro de convenções, etc. Elaboração de um programa voltado para o fortalecimento do terciário em tal complexo.

Realizar a extensão do zoneamento ecológico-econômico para a porção sul desta microrregião, com vistas a ordenar o uso múltiplo deste espaço. Considerar o caráter retardatário da faixa litorânea quanto a sua inclusão no processo turístico enquanto elemento que possibilita manutenção de reservas ecológicas.

2. ELEMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS MUNICIPAIS

2.1. MUNICÍPIO DE GUARAPARI

2.1.1. Introdução

O município de Guarapari, instalado em 19 de setembro de 1891, possui uma área de 599,0 km², que representa 1,3% da área territorial do Estado, distando 53 km da Capital. Sua população estimada para 1998 é de 77.776 habitantes, estando 92% localizada na zona urbana e 8% na rural (IBGE, 1996), com uma densidade demográfica de 123 hab/km² e uma taxa média geométrica de crescimento anual da população (1991-96) de 3,62, significativamente superior à do Estado (1,51).

2.1.2. Setor agropecuário

A economia rural do município é baseada principalmente na cultura de banana, na pecuária e no cultivo de seringueira. Do ponto de vista do valor bruto da produção, a bananicultura vem em primeiro lugar, gerando 31% da renda do setor (total de R\$ 5.164 mil). Em segundo, o café conillon, com 20,5%; depois, o arábica, com 17%, e em quarto e quinto lugares, respectivamente, a pecuária de leite (16%) e a de corte (13,5%).

Em termos de área plantada (ha), a pecuária de corte absorve 54% do total, vindo depois a bananicultura, com 8%, e, em terceiro lugar, o cultivo de seringueira, com 7%.

A partir do critério da produção em toneladas, a bananicultura vem à frente das demais atividades, com 10.700 t/ano.

A estrutura fundiária de Guarapari é extremamente pulverizada, apresentando pequenas e médias propriedades. Em termos médios, o município possui cerca de 78% das propriedades com áreas de até 50 ha, 15 % entre 50 e 100 e o restante, acima de 100 ha. Portanto, 83% dos estabelecimentos apresentam área de 0 a 100 ha.

A mão-de-obra predominante na região é a familiar e a de parceria, com exceção da atividade de pecuária, em que impera a força de trabalho assalariado.

Na área de organização rural, o município conta com 13 associações de produtores e trabalhadores rurais, com 260 associados. Além destas, Guarapari possui também grupos informais de "Mulheres Rurais".

O segmento agroindustrial está voltado principalmente para a área de laticínios, com a Agropecuária "Rancho Novo" e "Fazendinha Barro Branco", onde são processados aproximadamente 450 mil litros/ano.

2.1.3. Atividade pesqueira

É composta de aproximadamente 150 embarcações, sendo a maioria destinada à pesca do peroá, gerando aproximadamente 600 empregos diretos e 1 mil indiretos, com produção anual de 4.500 toneladas de pescado e receita bruta de R\$ 2.250 mil/ano. É importante assinalar que tal receita equivale a 43,5% da receita anual gerada pela atividade agropecuária.

Quanto ao processo organizativo dos profissionais da pesca, existe uma colônia de pescadores com 600 sócios, além de uma cooperativa.

2.1.4. Setor industrial

Segundo os dados da Findes/Ideies (1997/98), no período pesquisado, Guarapari contava com 171 plantas industriais instaladas, gerando 1.880 postos de trabalho. Quanto ao gênero da atividade, existem 3 que mais se destacam (a partir do critério do emprego gerado): em primeiro lugar a construção civil, com 49% do total dos empregos; em segundo, o ramo alimentar, com 12%; e, por fim, as empresas que exploram os minerais não-metálicos, com 11%. Relativamente ao número de empresas, predomina a mesma ordenação por gênero, com os seguintes percentuais: 29%, 18% e 12%. O restante das empresas está disseminado pelos vários gêneros, tendo uma representatividade significativamente menor que os três mais importantes.

No contexto microrregional, com 366 plantas e 5.859 empregos, Guarapari coloca-se em segundo lugar no *ranking* dos municípios, com 32% do total de pessoal ocupado, sendo sobrepujado por Itapemirim (47%). A partir do critério do número de unidades produtivas, Guarapari já se coloca em primeiro lugar (com 47% do total), sendo seguido pelo município de Anchieta (16%).

2.1.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), de 1997, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o município possui 4.407 empregados registrados no comércio e 8.720 no setor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 72% e 65%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Metrôpole Expandida Sul.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 73% deste total.

2.1.6. Centro/distrito industrial

Ainda inexistente, mesmo que a Lei Orgânica do município preveja sua implantação.

2.1.7. Agências bancárias presentes no município

- Bamerindus
- Banco do Brasil
- Banestes
- Bradesco
- Caixa Econômica Federal
- Itaú

2.1.8. Prefeitura Municipal de Guarapari

Secretarias municipais ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura e Desenvolvimento Econômico
- Meio Ambiente
- Planejamento Urbano e Obras

Segundo a prefeitura, “o Município possui PDU com o nome de Lei de Posturas Municipais e Código de Obras”.

Os principais projetos/programas que estão sendo tocados hoje pela prefeitura estão relacionados ao desenvolvimento do turismo no município: a) construção do pórtico da cidade com centro de informações turísticas; b) melhoramentos na Praia do Morro — iluminação, construção de calçada, padronização dos quiosques e nova pista para veículos; c) estação rodoviária em fase de projeto; d) urbanização da Praia do Riacho, entre o bairro Ipiranga e Nova Guarapari, sendo previstos: calçada, ciclovia, áreas de estacionamento e quiosques padronizados.

2.1.9. Estruturas do Estado e do governo federal presentes no município

- Emcaper (escritório local)
- Fundo Nacional da Saúde (Funasa)
- Idaf
- Sebrae/ES
- Senac/Sesc
- Senai/Sesi

2.1.10. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.1.11. Consórcios intermunicipais

Consórcio de Saúde (em fase de implantação).

Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação Comercial

Associação dos Hotéis, Bares e Restaurantes

Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL)

Casa-abrigo para Mulheres (projeto já concluído – em fase de implantação)

Centro de Integração Social para Crianças e Adolescentes

Conselho Municipal da Educação

Conselho Municipal da Saúde

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Defesa do Direito das Pessoas Idosas

Conselho Municipal do Turismo

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Tutelar

Federação de Associações de Trabalhadores Rurais (com 13 associações)

Sindicato da Indústria da Construção Civil de Guarapari

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarapari

(Presidente: Cílio Lyra dos Santos, fone 361-0359)

(Possuía 2.520 associados em julho de 1999)

R. Epaminondas de Almeida, 582

Guarapari ES

29.200-000

2.1.12. Projetos potenciais

Construção da Rodovia do Contorno, como prolongamento da duplicação da Rodovia do Sol.

2.1.13. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.1.14. Instituição de ensino superior

Faculdades de Turismo e de Administração.

2.1.15. Turismo

É óbvia a vocação turística do município — cidade conhecida nacional e internacionalmente — devido aos seguintes fatores: “beleza do seu litoral, com 28 praias; radioatividade de suas areias monazíticas; abundância do peixe marlin azul próximo ao litoral, que tem atraído pescadores do Brasil e do Exterior; ilhas com praias de águas transparentes para a pesca submarina; região montanhosa a 06 km do litoral, com seus atrativos próprios”.

2.1.16. Instituições e pessoas entrevistadas

Escritório local da Emcaper
(Ricardo Silva Baptista, fone 261-0363)
E-mail: guarapari@emater.es.gov.br

Prefeitura Municipal de Guarapari
(Alfredo Coelho Fontes, fones 361-2322 e 983-3663)
R. Alencar Moraes de Resende, 100
Jardim Boa Vista
Guarapari ES
29.200-000
Telefax: 361-2322 (R. 232)

2.2. MUNICÍPIO DE MARATAÍZES

2.2.1. Introdução

Com uma área territorial de 132,44 km², equivalente a 0,68% do território estadual, o município de Marataízes, um dos mais jovens do Estado, foi instalado em 1.º de janeiro de 1997, distando 127 km da Capital. A população estimada para 1998 é de 27.499 habitantes. A taxa média geométrica anual da população (1991-96) é de 2,87% ao ano, sendo superior à do Estado (1,51%). A densidade demográfica do município é de 207,63 hab/km², muito superior à média estadual, que é de 62,69 hab/km².

2.2.2. Setor agropecuário

As atividades econômicas mais relevantes do município são as culturas de abacaxi, cana-de-açúcar, mandioca e a pesca artesanal. Segundo relatório do Pronaf, a agricultura e a pesca empregam 80% da mão-de-obra do município.

A cultura de abacaxi é a que tem maior importância para Marataízes, estando presente na maioria das propriedades e fornecendo sustentação econômica para as famílias. Segundo dados da Emcaper (1998), a área plantada é de 2.600 ha, com produção de 26 milhões de frutos/ano, gerando 1.600 empregos. O produto é comercializado no mercado interno do Espírito Santo e nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os principais pontos de estrangulamento na cultura do abacaxi são: alto índice de infestação de plantas e frutos pela fusariose; baixa pluviosidade em alguns meses do ano; comercialização deficiente; elevado custo dos insumos; ineficiência do fungicida (Benomil) no controle da fusariose (único produto registrado para utilização nessa cultura).

No município de Marataízes a mandioca possui 650 ha de área plantada, produzindo 9.750 t/ano e gerando 300 empregos. Essa cultura é de vital importância ao se considerar sua diversidade de utilização. Seus principais problemas no município são a baixa produtividade e a falta de indústrias para processamento do produto.

Ainda segundo os dados da Emcaper (1998), a área plantada de cana-de-açúcar é de 600 ha e a produção obtida é de 30 mil t/ano, gerando um total de 120 empregos. A comercialização do produto é feita pela Usina Paineiras S.A.

Os principais pontos de estrangulamento dessa cultura são: dificuldade no desenvolvimento e diminuição da produtividade das lavouras, devido a: estiagem, que normalmente ocorre no Município; alto custo dos insumos, bem como dos serviços mecanizados (indispensáveis ao desenvolvimento dessa atividade); falta de pesquisas sobre variedades mais resistentes à seca e que sejam mais produtivas.

Além dessas atividades, existem outras menos relevantes no município, que são a heveicultura, o cultivo de maracujá e o de coco. A bovinocultura é inexpressiva.

A forma de gestão existente nas propriedades é a familiar.

O município é composto basicamente por pequenas propriedades, estando sua estrutura fundiária assim representada: 88% por estabelecimentos de 0-50 ha, 8% por estabelecimentos de 5-100 ha, enquanto todos os demais representam apenas 4% (Emcaper, 1998).

Segundo relatório do Pronaf, existe uma grande necessidade de diversificação das culturas em Marataízes, sendo o clima propício ao cultivo de espécies frutíferas e à olericultura.

O município é atendido pela Emcaper de Itapemirim, que cobre anualmente aproximadamente 30% das propriedades rurais, pois o corpo técnico é insuficiente.

O órgão público municipal que se dedica à agricultura é a Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

2.2.3. Atividade da pesca

A pesca artesanal constitui-se atividade de grande importância para o município, sendo Marataízes um dos maiores pólos pesqueiros do Estado. Segundo dados da Emcaper (1998), a produção anual em Marataízes é de 10.800 toneladas, totalizando 1.100 empregos. É um setor que também apresenta graves problemas, sendo a comercialização o maior deles.

Pontos de estrangulamento dessa atividade: estrutura inadequada para carga e descarga das embarcações; os pescadores ficam sujeitos a multa por parte da Marinha e da Petrobras, quando se aproximam das plataformas de extração de petróleo (essa área é considerada local de alta produção de peixes); falta de crédito para custeio e investimento (necessários ao desenvolvimento da atividade).

2.2.4. Indústrias instaladas no município

Segundo dados da Findes/Ideies 1997/98, em Marataízes existe um total de 36 plantas industriais, que empregam 71 pessoas. Deste total, 14 empresas são do gênero alimentício, responsáveis por 67,6% do pessoal ocupado no setor. Os serviços de reparação e conservação, apesar de contarem com apenas duas empresas, são responsáveis pelo segundo maior percentual de pessoas ocupadas (8,45%). Todo o restante do pessoal ocupado (24%) está dividido entre 20 empresas dos mais diversos gêneros.

No contexto da Microrregião MetrÓpole Expandida Sul, Marataízes ocupa o último lugar em número de pessoas ocupadas neste setor, correspondendo a 1,22% do total. Já em relação ao número de unidades, o município conta com 10% do total da microrregião, ficando acima de Iconha (6%) e Alfredo Chaves (4%).

2.2.5. Setor comércio/serviços

A fonte de informações para este setor, ou seja, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais/97), não apresentou dados para Marataízes, pois trata-se de município instalado após a data da coleta.

2.2.6. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.2.7. Agências bancárias presentes no município

- Banestes S./A.
- Caixa Econômica Federal
- Banco do Brasil

2.2.8. Prefeitura Municipal de Marataízes

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Finanças
- Obras
- Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
- Turismo

O PDU do município encontra-se em fase final de elaboração.

2.2.9. Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper
- Idaf

2.2.10. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.2.11. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim – Fundado em 12/dez/1997, é composto pelos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua, Castelo, Irupi, Iúna, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Muqui, no estado

do Espírito Santo, além do município de Lajinha, em Minas Gerais. Tem como objetivos: a) programar, planejar e/ou executar ações, programas e projetos destinados ao desenvolvimento sustentável socioeconômico e ambiental na área territorial da bacia do rio Itapemirim; b) integrar ações, programas e projetos desenvolvidos por órgãos governamentais, ONGs, entidades e empresas públicas ou privadas, consorciadas ou não, destinados a recuperação e preservação ambiental da região. Iniciado há aproximadamente 10 anos por iniciativa de ONGs dos municípios do Sul do Estado, o consórcio só ficou efetivamente consolidado em documentos a partir de 1995 por falta de respaldo técnico e até mesmo de avanços políticos. Apenas em 1997, já oficialmente instalado, é que novos esforços foram feitos, com o objetivo de recuperar os recursos hídricos da bacia. Esta iniciativa recebeu apoio do Centro Agropecuário da Ufes (Caufes), ficando constituída uma equipe técnica para tratar deste assunto. Já foi possível elaborar um diagnóstico preliminar da bacia e, posteriormente, assinar o estatuto do consórcio, uma iniciativa considerada modelo de gestão de recursos hídricos em âmbito nacional. Vários projetos já foram assumidos pelos 17 municípios que compõem o consórcio, tais como: execução do Plano Diretor da Bacia, Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, dentre outros.

Consórcio para Construção de Matadouro Intermunicipal — Constituído pelos municípios de Itapemirim, Marataízes e Rio Novo; as leis de criação do consórcio encontram-se no Legislativo para a devida autorização.

2.2.12. Associações, cooperativas, conselhos, sindicatos, ONGs e outros

Associação Amigos Bacia do Rio Itapemirim

Associação de Pequenos Produtores Rurais Jacarandá

Conselho de Ação Social

Conselho de Segurança Pública

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Turismo.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Sociedade Amigos Bacia da Marinha

2.2.13. Projetos potenciais

Projeto Florage Eólico — Trata-se de um convênio com a Fundação Centro Leste, entidade sem fins lucrativos, com objetivo de implantar no município centrais de geradoras de energia eólica, visto que Marataízes apresenta potencial eólico favorável. O convênio encontra-se em fase de assinatura (1999), para posterior contrato de adesão dos pequenos produtores rurais.

Plano Municipal de Gestão das Águas (PMGA) — Lei de proteção dos recursos hídricos, que orientará as ações da prefeitura no tocante à proteção de todos os mananciais hídricos do município, tais como o rio Itapemirim, 11 lagoas, 4 ilhas, manguezais, córregos, 13 praias. Trata-se de um projeto piloto no País, sendo por ele contempladas somente a bacia do rio Pardo, em São Paulo, e a bacia do rio Itapemirim. Tal projeto é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Amazônia Legal.

2.2.14. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.2.15. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.2.16. Turismo

Marataízes possui 25 km de praias, ilhas, manguezais e rios. Para atender ao grande número de turistas nas temporadas, o município dispõe de hotéis, pousadas e campings (“Xodó” e “Siri”). Oferece também artesanato em conchas marinhas, cipó, bordados, redes de pesca, etc.

O município é detentor de ricos valores históricos. Segundo a prefeitura, os casarios, datados do século passado, encontram-se em processo de tombamento, com tendência a tornarem-se teatros, museus, cinemas, enfim, espaços destinados à cultura.

Característica marcante da orla de Marataízes é a existência de peixes de bico e lagostas, ideais para a prática da pesca esportiva e adequados para competições de pesca oceânica.

2.2.17. Instituições e pessoas entrevistadas

Emcaper (escritório local de Itapemirim)
 (José Amélio Zanol, telefax 532-1307)
 Rua Tenente Coronel Gomes Bittencourt, 80
 29.330-000 Itapemirim ES

E-mail: itapemirim@emcaper.es.gov.br

Prefeitura Municipal de Marataízes
(Luciano e Neuciléia, fone 532-3278, telefax 532-1049)
Av. Rubens Rangel, 1.606
Cidade Nova
Marataízes ES
29.335-000

2.3. MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM

2.3.1. Introdução

O município de Itapemirim foi criado em 11 de novembro de 1890. Possui uma área territorial de 566,3 km², que representa 1,2% da área do Estado, e dista 122 km da Capital. Com população estimada para 1998 em 26.560 habitantes, apresenta uma densidade demográfica de 46,9 hab/km², inferior à do Estado (62,69 hab/km²). A taxa média geométrica anual de crescimento da população é alta em relação à média estadual, ou seja, 2,87% ao ano, para 1,51%, do Estado.

2.3.2. Setor agropecuário

Segundo dados do IBGE (1995/96), o município de Itapemirim tem como principal fonte de renda a atividade canavieira, que ocupa uma área de 9.940 ha e produz 349.721 t/ano. Segundo os dados da Emcaper (1998), a área plantada é de 10 mil ha, com produção de 500 mil t/ano e rendimento bruto de R\$ 8,5 milhões.

Em segundo lugar tem-se a cultura da mandioca, ocupando uma área de 1.342 ha, com produção de 9.887 t/ano (IBGE, 1995/96). Atualmente ocupa uma área de 650 ha, com produção de 9.750 t/ano (Emcaper, 1998). Existem no município outras atividades menos relevantes, como: cultivo de café, heveicultura, cultura de feijão, milho e arroz e piscicultura.

De acordo com dados da Emcaper (1998), o abacaxi é cultivado em pequena escala; sua cultura ocupa uma área de 600 ha, com produção média de 5 milhões de frutos/ano, gerando 400 empregos. O coco-da-baía possuía, em 1996, uma área plantada de 49 ha, com produção de 102 t/ano (IBGE, 1995/96). Hoje ocupa uma área de 90 ha, com produção de 243 mil frutos/ano (Emcaper, 1998).

A pecuária bovina ocupa uma área de 20 mil ha. Ocupa a terceira posição em termos de fonte de renda. Constitui atividade importante para o município, tendo um rebanho aproximado de 25 mil cabeças, com produção de 7 milhões de litros/ano. É responsável pelo emprego de 300 famílias rurais. O leite é comercializado através da cooperativa mista Comisa (localizada em Safra) e pela Selita (Cachoeiro do Itapemirim). Existem atravessadores e pequenos produtores que comercializam o produto *in natura* sem o controle sanitário. Acresce-se ainda a industrialização artesanal do queijo e da manteiga para o consumo próprio. Parte deste produto também é comercializada, contribuindo, assim, para o aumento da renda familiar.

Segundo dados do IBGE (1995/96), a estrutura fundiária é representada da seguinte forma: o município possui 2.169 propriedades com área de até 50 ha, que ocupam 93% da área total. O restante está distribuído entre 50 e 200 ha, com 4%, e mais de 200 ha, com apenas 3%.

A Emcaper cobre aproximadamente 30% das propriedades rurais. Há necessidade de mais técnicos para atender à demanda. A prefeitura dá sua contribuição à agricultura através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

O município recebeu recursos do Pronaf, no valor de R\$ 208.100,00. Foram adquiridos uma retroescavadeira e um caminhão. O objetivo é estimular os agricultores a adotar tecnologias de conservação e preservação do solo, manejo adequado das águas e preservação de nascentes, visando aprimorar o processo de comercialização da produção agropecuária.

Predomina no município a agricultura familiar.

Localiza-se em Itapemirim a Usina Paineiras (agroindústria), que apresentou a seguinte situação na safra de 1998/99:

Produção:

- a) Açúcar (sacas de 50 kg) — 1.084.700
 Álcool anidro (m³) — 20.096
 Álcool hidratado (m³) — 11.417
- b) Cana esmagada (ton.)
 Própria: 349.594
 Fornecedores: 234.808 (ES)
 248.855 (RJ)
 Total: 833.258 (ton.)

Área plantada, inclusive de fornecedores:

Itapemirim	9.432,10 ha
Cachoeiro de Itapemirim	15,00 ha
Presidente Kennedy	1.160,00 ha
Rio Novo do Sul	3,00 ha
Marataízes	2.658,00 ha
Total:	13.268,10 ha

A usina atende aos mercados do Estado, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, perfazendo um faturamento bruto de R\$ 27.930.576,00. O número de empregos diretos gerados pela usina é de 2 mil.

Outra agroindústria existente em Itapemirim é a Cooperativa Mista da Safra (Comisa).

- Número de cooperados: 300
- Número de empregos diretos: 25
- Coleta diária de leite: 20 mil litros
- Produto: 5 mil kg/mês de manteiga

O leite é colhido padronizado, resfriado e enviado para a empresa Damag em Muriaé (MG).

2.3.3. Atividade da pesca

A pesca artesanal ocupa o segundo lugar como fonte de renda para o município, produzindo 2.500 t/ano. A região — sobretudo Itaipava — concentra o segundo pólo pesqueiro do Estado.

Segundo documento do Pronaf/Emcaper/1998, o município conta com 120 embarcações de pequeno e médio porte, gerando trabalho para 800 pescadores. Apesar da importância que esta atividade representa, o setor é muito afetado pela oscilação de preço do pescado no mercado.

Principais obstáculos ao desenvolvimento da atividade:

- Falta de estrutura para carga e descarga das embarcações.
- Proibição da pesca próximo às plataformas de extração de petróleo, área considerada pelos pescadores como local de alta produção de peixes, ficando esses profissionais sujeitos a multa quando se aproximam desta área.
- Falta de crédito para custeio e investimentos.

Segundo a Emcaper, a piscicultura é uma atividade com grande potencial socioeconômico; porém, está desestruturada e sem representatividade coletiva no município de Itapemirim. Nos últimos dois anos foram construídas 15 barragens e abertos 40 poços, objetivando, além do armazenamento de água, a criação de peixes e pequenas aves, como patos, marrecos, etc. Como é uma atividade de baixo custo e de grande interesse social, é de vital importância e perfeitamente justificável a sua preferência por parte dos pequenos produtores do município.

2.3.4. Indústrias instaladas no município

Segundo dados da Findes/Ideies (1997/98), o setor tem representatividade no município, contando com 38 empresas, que são responsáveis por 2.735 pessoas ocupadas. O gênero alimentos, com 15 empresas, é responsável por 78% de pessoal ocupado. Os minerais não-metálicos, com 11 empresas, ocupam 8% do total do pessoal. A construção civil, com apenas uma empresa, é responsável por 6,5% de pessoas ocupadas. Todo o restante do pessoal ocupado (7,5%) encontra-se alocado em empresas dos mais diversos gêneros.

Quanto ao número de unidades industriais instaladas e pessoal ocupado por município, Itapemirim fica com 47 % do pessoal ocupado da microrregião e 10% das unidades instaladas, ficando em quarto lugar em relação aos demais municípios.

2.3.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 783 empregados registrados no comércio (6% do

total de empregados registrados na microrregião) e 1.271 no setor serviços (também 6%).

Comparando-se os números acima com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 29% deste total.

2.3.6. Agências bancárias presentes no município

- Banco do Brasil
- Banestes
- Bradesco

2.3.7. Prefeitura Municipal de Itapemirim

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Agricultura e Meio Ambiente
- Finanças
- Transporte/Obras/Infra-estrutura

O município não possui PDU aprovado, existindo, porém, Código de Obras e de Postura.

2.3.8. Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper
- Idaf

2.3.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.3.10. Consórcios intermunicipais

Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim – Fundado em 12 de dezembro de 1997, é composto pelos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua, Castelo, Irupi, Lúna, Conceição do Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Marataízes, Muniz Freire, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante e Muqui, no Estado do Espírito Santo, além do município de Lajinha, em Minas Gerais. Tem como objetivos: a) programar, planejar e/ou executar ações, programas e projetos destinados ao desenvolvimento sustentável socioeconômico e ambiental na área territorial da bacia do rio Itapemirim; b) integrar ações, programas e projetos desenvolvidos por órgãos governamentais, ONGs, entidades e empresas públicas ou privadas, consorciadas ou não, destinados à recuperação e preservação

ambiental da região. Iniciado há aproximadamente 10 anos por iniciativa de ONGs dos municípios do Sul do Estado, o consórcio só ficou efetivamente consolidado em documentos a partir de 1995, por falta de respaldo técnico e até mesmo de avanços políticos. Apenas em 1997, já oficialmente instalado, é que novos esforços foram feitos, com o objetivo de recuperar os recursos hídricos da bacia. Esta iniciativa recebeu apoio do Centro Agropecuário da Ufes (Caufes), ficando constituída uma equipe técnica para tratar deste assunto. Já foi possível elaborar um diagnóstico preliminar da bacia e, posteriormente, assinar o estatuto do consórcio, uma iniciativa considerada modelo de gestão de recursos hídricos em âmbito nacional. Vários projetos já foram assumidos pelos 17 municípios que compõem o consórcio, tais como: execução do Plano Diretor da bacia, Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, dentre outros.

2.3.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Pescadores de Itaipava
(62 associados)

Associação de Moradores e Produtores do Terceiro Distrito Itapecoá
(110 associados)

Associação dos Plantadores de Cana
(372 associados)

Conselho Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Conselho Municipal da Saúde

Conselho Municipal de Proteção das Águas
(Ligado ao Consórcio da Bacia do Rio Itapemirim)

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Sindicato dos Produtores Rurais de Itapemirim
(Presidente: Luciano Henriques)
Av. Cristiano Dias Lopes Filho
Itapemirim ES
29.330-000

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapemirim
(Presidente: Genildo Gomes da Silva)
Rua Marcondes de Souza
Itapemirim ES
29.330-000

Cooperativa dos Fornecedoros de Cana (Coafocal)
(372 associados)

Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana

Cooperativa Mista da Safra

As cooperativas têm passado por períodos difíceis em consequência dos seguintes fatos: a) falta de apoio dos produtores rurais; b) problemas nas atividades-fim, decorrentes da política econômica vigente e falta de uma política agrícola estável por parte do governo federal que venha estimular investimentos no setor.

2.3.12. Assentamentos rurais

Existe um, localizado em Safra, desenvolvendo atividades agrícolas.

2.3.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.3.14. Turismo

Existem no município pousadas, hotéis e *campings*. Localizam-se em Itapemirim diversas praias e pontos turísticos: praias de Itaoca, de Itaipava, da Gamboa, do Marlin; Lagoa Guanandi, Ilha dos Franceses e Pedra d'O Frade e a Freira.

2.3.15. Instituições/pessoas entrevistadas

Emcaper (escritório local)
(José Amélio Zanol, fone 532-1307)
Rua Tenente Coronel Gomes Bittencourt, 80
Itapemirim ES
29.330-000

Prefeitura Municipal de Itapemirim
(Brícia Alves, fones 532-1805 / 532-1386)
Praça Domingos Martins, s/n.º
Itapemirim ES
29 330-000

2.4. MUNICÍPIO DE ANCHIETA

2.4.1. Introdução

O histórico município de Anchieta, fundado em 1579, dista 75 km da Capital do Estado. Com uma economia em franco crescimento e bastante diversificada, tem o turismo, a pesca, a agricultura e a pecuária como atividades principais. A população, estimada para 1998 em 32.206 habitantes, vem crescendo a uma taxa de 3,02% ao ano, bem superior à média estadual, que é de 1,51% a.a. Ocupando uma área territorial de 420,30 km², o que representa uma densidade demográfica de 43,40 habitantes/km², abaixo portanto da média estadual (62,69 habitantes/km²), e estando 64% de sua população residindo na área urbana, apresenta uma tendência de urbanização acelerada desta população, observada nos últimos 30 anos (em 1970 a população urbana representava apenas 20% do total!).

2.4.2. Setor agropecuário

O setor agropecuário do município tem como características a diversificação agrícola com baixo emprego de tecnologia e a atividade pesqueira.

Considerando as pequenas, médias e grandes propriedades e a pesca, os empregos diretos na agropecuária são, aproximadamente, da ordem de 1.800. Quanto à estrutura fundiária, verifica-se que 78% do total das 568 propriedades rurais de Anchieta ocupam áreas de até 50 ha. Predomina a agricultura familiar em 85% das propriedades e o restante é de propriedades médias e grandes, sem constituição de empresas propriamente ditas (Emcaper).

O relevo do município é variado, possibilitando também diversificação nos meios de produção e técnicas de plantio, conforme informações atualizadas da Emcaper:

Banana, café e coco são plantados em regiões de “meia encosta” e morros, e ultimamente o café está sendo cultivado junto com o coco, ocupando áreas de baixadas. Utilizam-se clonagem, adubação orgânica e química (café). Em algumas lavouras irrigadas é feito o controle fitossanitário.

A cafeicultura é uma das culturas principais do município, com uma área de 1.980 ha de café conillon, sendo a principal fonte de renda de 210 famílias. A produção anual é de 3.267 toneladas. É desenvolvida por pequenos produtores, com baixa produtividade e qualidade, devido ao baixo índice de tecnologia aplicado.

A bananicultura ocupa o primeiro lugar em termos de área plantada, ou seja, 2.500 ha, com uma produção anual de 16.250 toneladas, em 220 propriedades.

O coco é plantado em 250 ha de terra, por 65 produtores e uma produção anual de 1.092 mil frutos.

Arroz, feijão e milho são produzidos em várzeas com facilidade para irrigação do primeiro. São usados como subsistência, primordialmente.

A heveicultura é desenvolvida em chapadas, tendo idade média de 14 anos, sendo mantida apenas pelos cultivos mínimos. São 50 heveicultores ocupando 550 ha com seringais, que comercializam o látex na Cooperativa da Borracha de Vila Velha.

A mandioca vem ocupando áreas de pastagens e também dos chapadões. É a terceira cultura mais importante em termos de área (600 ha) e número de produtores (188).

A bovinocultura é uma atividade expressiva e ocupa quase 15 mil ha. É efetivada através da criação extensiva em pastagens melhoradas, com controle sanitário. Algumas propriedades utilizam inseminação artificial, silagem, suplementação alimentar, rotação de pastagens e mineralização. São 280 produtores com 12.100 cabeças de gado, na bovinocultura de corte. A bovinocultura de leite é realizada por 230 produtores, com 9.900 cabeças e uma produção de 6.240 mil litros de leite/ano. A comercialização do leite é feita na Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves.

Informações da Emcaper local apontam as seguintes agroindústrias instaladas no município: três indústrias de aguardente e uma de torrefação e moagem de café, cuja matéria-prima vem total ou parcialmente das propriedades dos fabricantes. A mão-de-obra predominante é familiar e a comercialização é feita no próprio município ou região.

2.4.3. Atividade da pesca

Congrega cerca de 600 famílias, com uma produção média em torno de 2.800 t/ano. Estima-se um número de 1.250 pescadores profissionais ligados diretamente à atividade de captura, distribuídos nas sete comunidades existentes no litoral do município. Das 115 embarcações existentes, apenas 23 têm autonomia para operar na captura de pescado em bancos localizados distantes da costa; as restantes operam próximo à costa, interferindo na migração de cardumes para desova e crescimento.

O grande custo de mão-de-obra na construção de embarcações e reformas tem deixado estagnada a frota pesqueira existente, causando uma corrida para embarcações pequenas, ocasionando dificuldades pelo fato de não haver produção suficiente para saldar dívidas. De acordo com a avaliação da Emcaper (Relatório Pronaf), isso gera uma pesca viciada, muito próxima da costa, com um alto índice no esforço de pesca, baixa produção, além de causar problemas ambientais.

Com o objetivo de ocupar os pescadores nos períodos de defeso (a produção de camarão tem caído nos últimos anos devido à pesca predatória nos três meses de proibição) foi criado em Anchieta o Projeto Maricultura. Incluído no Projeto de Execução Descentralizada (PED), do Ministério do Meio Ambiente, com a coordenação estadual da Seama e execução pela Prefeitura Municipal de Anchieta e ONGs estaduais, é uma atividade alternativa de geração de emprego e renda, com a implantação de um sistema de cultivo de mexilhões nas proximidades da costa do município. Em 1998 já haviam sido implantados nove módulos duplos, com bons

resultados. Quanto ao beneficiamento e à comercialização, pensa-se na Escola de Pesca de Piúma, que tem estrutura para tanto.

Atualmente a maricultura envolve, no Estado, a participação de 90 famílias, instaladas nos municípios de Anchieta, Conceição da Barra, Piúma e Guarapari. Juntas elas produzem 120 toneladas de mariscos.

Um novo programa estadual de maricultura está sendo lançado, resultado da parceria entre o Governo do Estado, Fundação Pró-Mar, Fundo Brasileiro de Biodiversidade e o Sebrae-ES. Ao todo serão investidos US\$ 600 mil para que, num período de dois anos, sejam gerados 500 postos de trabalho em 7 municípios litorâneos capixabas (São Mateus e Itapemirim, além dos já citados), com incentivo à produção não só de mexilhões, mas também de ostras e vieiras (*coquilles de Saint Jacques*). A meta de produção até 2003 é de mil toneladas.

Técnicos da área apontam outra alternativa potencial — o cultivo de camarões em fazendas marinhas.

2.4.4. Setor industrial

O município de Anchieta abriga um total de 45 empresas industriais, que empregam 863 pessoas. Estes números representam 16,47% (2º colocado) e 14,72% (3º), respectivamente, em relação aos totais da microrregião.

Os gêneros mais significativos quantitativamente são, em primeiro lugar, o de alimentos, com 14 empresas (31% do total); minerais não-metálicos, com 7 empresas (15,5% do total); e bebidas e mobiliário, com 3 empresas cada.

Quanto à ocupação de mão-de-obra, a única empresa do gênero de extração de minerais está muito à frente das demais, com 609 empregados, o que representa 70,6% do total. Trata-se da Samarco Mineração.

Desde o início de suas operações, em 1977, a Samarco destaca-se no setor de minério de ferro pelo pioneirismo e investimento em tecnologia de ponta. A empresa foi a primeira no Brasil a explorar o itabirito, um minério que era descartado como rejeito por possuir baixo teor de ferro.

A Samarco produz pelotas de minério de ferro para os processos siderúrgicos de redução direta e alto-forno, além de finos de minério concentrado. Sua capacidade anual de produção é de 12 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro por ano e 1 milhão de toneladas de finos.

O controle acionário da empresa pertence à S/A Mineração de Trindade (Samitri), uma das mais importantes mineradoras brasileiras, e à BHP Brasil, do grupo australiano *The Broken Hill Proprietary Company Limited*, que está entre os maiores grupos mineradores do mundo. A Samitri tem 51% das ações e a BHP, 49%.

A planta de beneficiamento e a mina estão localizadas em Mariana e Ouro Preto (MG), com jazidas cuja reserva é de 5,6 bilhões de toneladas; trata-se da unidade de Germano.

No município de Anchieta localiza-se a unidade de Ponta Ubu, onde a empresa mantém duas usinas de pelotização e um terminal marítimo próprio.

As duas unidades estão ligadas por um mineroduto com 396 km de extensão e capacidade para 14 milhões de t/ano.

O terminal marítimo próprio tem capacidade para embarcar até 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Navios de até 180 mil toneladas são carregados ao ritmo nominal de 8 mil t/hora. Além de embarcar os produtos da empresa, o porto também é utilizado para a descarga de insumos para a usina. A Samarco também chega a realizar descarga de carvão e carregamentos de madeira para terceiros, com bons índices de produtividade.

A Samarco desenvolve programas de cunho social, como: Projeto de Educação Popular Ambiental, Programa de Integração Social e Reforma e Ampliação do Hospital São Lucas. Desenvolve também o Programa Samarco de Educação, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, que, em 3 anos de atividades, levou cursos de aperfeiçoamento profissional a 550 professores de 1.^a a 4.^a séries da rede pública de ensino dos municípios de Anchieta, Guarapari, Piúma, Muniz Freire e Iúna.

A empresa ocupa o 15.^o lugar no *ranking* das 150 maiores do Estado, segundo a receita operacional bruta de 1998 (276,161 milhões de reais), conforme o relatório da Findes/Ideies. Está em 7.^o lugar entre as maiores empresas industriais do Estado e em 9.^o lugar entre as maiores empregadoras. É a 8.^a mais rentável do Estado.

Com a obtenção do certificado ISO 14.001, expedido pelo *Det Norske Veritas (DNV)*, em outubro de 1998, a Samarco conquistou a posição de primeira produtora de minério de ferro do mundo, com perspectiva de obter a ISO 14.001 para todas as etapas de seu processo produtivo. A empresa foi a primeira do Espírito Santo a conquistar o certificado.

2.4.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 183 empregados registrados no comércio e 1.665 no setor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 3% e 12,5%, respectivamente, do total de empregados registrados na microrregião Metrópole Expandida Sul.

Comparando-se estes números com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 31% deste total.

2.4.6. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.4.7. Agências bancárias presentes no município

- Banestes
- Caixa Econômica Federal
- Banco do Brasil

2.4.8. Prefeitura Municipal de Anchieta

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
- Secretaria Municipal de Pesca e Meio Ambiente

2.4.9. Estrutura do Estado presente no município

- Emcaper (escritório local)

2.4.10. Agência de desenvolvimento local

Até a presente data (jun/1999) não há agência de desenvolvimento; porém, a prefeitura criou uma Gerência de Projetos para viabilizar recursos extra-orçamentários. Referência para contato: Sr. João Delfino Leal (Gerente de Projetos) – Telefone 536-1800 – endereço da Prefeitura Municipal de Anchieta.

2.4.11. Consórcio intermunicipal

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Expandida Sul — Uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada para promover o planejamento, a coordenação de esforços e a execução de serviços e ações de saúde, de acordo com as diretrizes do SUS. É constituído pelos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Piúma, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Guarapari e por outros municípios que vierem a aderir à convenção do consórcio.

2.4.12. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Moradores de Alto Joeba — AMAJ

Presidente: Naim José Vetoraci

Endereço: Alto Joeba — Anchieta

Associação de Moradores de Baixo Pongal — AMBP

Presidente: Dejalma da Silva Amilton

Endereço: Baixo Pongal — Anchieta

Associação da Escola Família Agrícola de Olivânia — FAO

Presidente: José Henrique Bourguignon

Endereço: Olivânia — Anchieta

Associação Comunitária de Simpatia — ACS

Presidente: Solange Miranda

Endereço: Fazenda Simpática — Anchieta

Associação de Moradores do Bairro Alvorada — ABA

Presidente: Geuzenilson de Almeida e Silva

Endereço: Rua Franklin Von Doellinger s/n.º — Alvorada — Anchieta

Associação de Moradores da Vila Residencial — Samarco

Presidente: Haroldo Magalhães Elias

Endereço: Rua Anchieta, 84 — Vila Samarco — Anchieta

Associação de Moradores do Bairro Porto de Cima

Presidente: Paulo Roberto Antunes

Endereço: Av. Carlos Lindenberg, 330 — Centro — Anchieta

Associação Comercial e Industrial do Município de Anchieta — Acima

Presidente: Miguel da Silva Moreira

Endereço: Av. Carlos Lindenberg, 330 — Centro — Anchieta

Associação Comunitária de Córrego da Prata — ACCP

Presidente: João Ferreira

Endereço: Córrego da Prata — Anchieta

Associação Comunitária de Habitação Popular de Anchieta — ACHPA

Presidente: Jesus Nascimento de Medeiros

Endereço: Av. Rauta, 530 — Centro — Anchieta

Associação Anchietaense de Artesanato — Assanart

Presidente: Cristina Maria Ribeiro Lautermam

Endereço: Rua dos Navegantes, s/n.º — Ponta dos Castelhanos — Anchieta

Associação Pró-Melhoramento da Praia dos Castelhanos

Presidente: José Olímpio Alóquio

Endereço: Caixa Postal 44 — Anchieta

Associação de Alto Pongal — AMBP

Presidente: Gelson Calenzani

Endereço: Rua Augusto Goltara, s/n.º — Alto Pongal — Anchieta

Associação Comunitária de Jabaquara — ACJ

Presidente: José Victor Pereira
Endereço: Jabaquara — Anchieta

Associação dos Artesãos de Irii — Assarti
Presidente: Natalino Ortega
Endereço: Av. Padre Anchieta, Quadra A, Lote 14 — Irii

Associação dos Moradores e Amigos de Irii — AMAI
Presidente: Fernando Ferrari
Endereço: Av. Padre Anchieta — Irii — Hotel Morubixaba — Anchieta

Associação de Moradores de Limeira — AML
Presidente: Benedito Ramalhete
Endereço: Limeira — Anchieta

Associação dos Produtores Rurais do Setor Pongal — Aprusp
Presidente: Gelson Calenzani
Endereço: Alto Pongal — Anchieta

Associação de Moradores de Parati
Presidente: Sandra Mara Fonseca de Lima
Endereço: Parati — Anchieta

Associação Municipal dos Idosos de Anchieta — Amia
Presidente: Moacyr Assad
Endereço: Av. Carlos Lindenberg — Centro — Anchieta

Associação de Moradores de Ubu
Presidente: Rita de Cássia Ramos das Neves
Endereço: Rua Mário Pereira Neves, s/n.º — Ubu — Anchieta

Associação de Moradores de Mãe-bá
Presidente: Sérgio Peninha
Endereço: Mãe-bá — Anchieta

Associação de Moradores do Bairro São Pedro
Presidente: Genelice dos Reis Ramos Hermes
Endereço: Praça São Pedro, 103 — Anchieta

Associação de Moradores do Bairro Recanto do Sol
Presidente: José Carvalho
Endereço: Recanto do Sol — Anchieta

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anchieta — COMCAN
Presidente: José Carlos Pereira

Conselho Municipal de Assistência Social — Comasa
Presidente: Soraya Doellinges Assad

Conselho Tutelar

Coordenadoras: Assunta dos Santos
Cláudia Simões Cardoso

Conselho Municipal de Recursos Fiscais

Presidente: Roberto Palaoro

Conselho Municipal de Turismo — Comtur

Presidente: Juarez Bezerra Leite

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural — Comder

Presidente: Moacyr Carone Assad

*Cooperativa dos Maricultores**Cooperativa dos Prestadores de Serviços Especializados — Copresa*

Presidente: Eloísio Geraldo da Silva

Endereço: Rua Emiliano dos Santos — Bairro Justiça II — Anchieta

Colônia de Pesca Z 4 Marcílio Dias

Presidente: Zeir Pinto de Moraes

Endereço: Rua Dom Pedro II, s/n.º — Porto de Cima

Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo — Mepes

Objetivo: Educação rural, saúde e assistência social

Presidente: Padre Humberto Pietrogrande

Endereço: Rua Costa Pereira, 121 — Centro — Anchieta

Grupo Espírita Atualpa Barbosa Lima

Presidente: Venita Abranches Simões

Endereço: Rua Carlos Rubens Flores, 222 — Bairro Justiça I — Anchieta

*Sindicato Patronal Rural**Sindicato dos Trabalhadores Rurais**Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais — Sinfa**Sociedade Pestalozzi de Anchieta — SPA*

Presidente: Heloisa Marchesi Nogueira

Endereço: Av. Zulmira Rosa Antunes s/n.º — Centro — Anchieta

2.4.13. Projetos potenciais

Projetos em andamento, com potencial de expansão: Projeto Maricultura; Projeto de Preservação e Recuperação do Manguezal; Reformas de Barcos de Pesca Artesanalmente.

Projetos idealizados que ainda não estão em andamento: Rotatividade de Barcos Pescadores, Ensine um Pescador a Ler; A Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental em Busca da Navegação; Se Essa Rua Fosse Minha.

2.4.14. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.4.15. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.4.16. Turismo

Dispondo de 36 unidades de hospedagem, o município possui quatro pontos de atração turística: as 23 praias, o Santuário de Anchieta, o Parque Fluvial, a região de montanha.

Um dos paraísos do litoral sul capixaba, Anchieta conta com 23 belas praias. As mais importantes são as de Iriri, Castelhanos e Ubu. É um dos poucos municípios que têm praias virgens, praticamente intocadas. Na praia de Guanabara acontece a desova de tartarugas marinhas, sendo um dos maiores berçários de tartarugas do Espírito Santo.

Fundada pelo Padre José de Anchieta, a cidade mostra sua história na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, uma construção de 1579, erguida pelos índios com pedras, blocos de recifes, argamassa de cal, cascas de mariscos e óleo de baleia. Tem como atração principal o Museu de Anchieta, um santuário também construído no século XVI pelos índios. Todo este conjunto arquitetônico foi criteriosamente restaurado recentemente, e estudos arqueológicos foram realizados para o embasamento histórico do projeto de restauração. Ao acervo de atrativos históricos se somam os Poços Jesuíticos, em Castelhanos, e as Ruínas Jesuíticas. Estas últimas são um dos atrativos do Parque Fluvial, que inclui o roteiro pelo manguezal do rio Benevente, com seu belo pôr do sol e a revoada das garças.

Destaca-se, também, a Estação Ecológica de Papagaio, com 457 ha de área.

No interior do município encontram-se terras acidentadas, com temperatura amena, que alcançam menos de 10° C, chegando a 800 metros de altitude, com muitos rios, cachoeiras e culinária típica italiana.

Uma das preocupações da Secretaria de Turismo é aumentar o tempo de permanência do turista, oferecendo roteiros alternativos.

O município recebe aproximadamente 250 mil turistas, com previsão de aumento de 10 % a cada ano. Em 1998 foram construídos na região três novos hotéis, e dois estão em fase de acabamento, devendo ser inaugurados no próximo ano. Isso

demonstra a confiança do empresariado no desenvolvimento do município, conforme declarações do secretário de Turismo, Sr. Jefferson Gazzoni, cuja preocupação é o turismo sustentável, e não o turismo a qualquer preço.

Uma das maiores conquistas do município foi a “Caminhada Passos de Anchieta”, que começou na festa do 4.º Centenário do Beato e hoje é considerada um fenômeno pelo secretário de Turismo. No ano passado, 400 pessoas fizeram o percurso, e, neste ano, foram mais de 1.500 inscritos, o que beneficia o setor empresarial turístico, pois ocupam hotéis, comércio e serviços na baixa temporada (junho), não só do município, mas de toda a microrregião, de Vila Velha e de Vitória.

O objetivo da prefeitura é a qualificação do turismo, profissionalizando-o e conscientizando a comunidade da importância dele e o planejamento das ações. Assim, a comunidade é incluída no processo, sendo a co-gestora do turismo, participando através de representantes do Conselho de Turismo, gerindo o Fundo de Turismo.

Os critérios de utilização do fundo obedecem ao Plano de Desenvolvimento Turístico, elaborado com participação da comunidade, setores do empresariado da área turística e do poder público, a ser aprovado pela Embratur.

2.4.17. Instituições e pessoas entrevistadas

Emcaper (escritório local)

(Munerath Sader Tannure, fone 536-1635, telefax 536-1539)

Prefeitura Municipal de Anchieta

(Daziomar Nogueira de Oliveira, fones 536-1148 / 536-1800, telefax 536-1539)

Rodovia do Sol, 1620 — Km 21,5

Vila Residencial Samarco

29.300-000 — Anchieta ES

2.5. MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES

2.5.1. Introdução

O município de Alfredo Chaves, instalado em 24 de janeiro de 1891, possui uma área de 616,5 km², que representa 1,3% da área territorial do Estado, distando 83 km da Capital. Sua população estimada para 1998 é de 13.263 habitantes, estando 41% localizada na zona urbana e 59% na rural (IBGE, 1996), com a baixa densidade demográfica de 21,2 hab/km² (62,69 hab/km²/ES) e uma taxa média geométrica de crescimento anual da população (1991-96) de 0,69% ao ano, duas vezes menor que a do Estado (1,51%). Nota-se, entretanto, que o decréscimo de população ocorreu especificamente na zona rural, pois a população urbana cresceu em número de habitantes.

2.5.2. Setor agropecuário

Segundo dados do IBGE (1995/96), pode-se afirmar que no município de Alfredo Chaves o café é a cultura agrícola que mais se destaca. No período de 1995/96 o município produziu cerca de 5.072 toneladas, que equivalem a 47% do total da produção agrícola da região. No entanto, segundo a Emcaper local, a produção cafeeira do município caiu para 4.800 toneladas em 1998. Contudo, a produção do café encontra-se em expansão, em função do preço e substituição da área anteriormente ocupada pela bananicultura; no mesmo período esta última atividade produziu 15.500 toneladas.

Destacando-se como uma cultura permanente, a produção de banana está tomando seu lugar no setor agropecuário do município, encontrando-se, entretanto, em retração, em virtude das dificuldades advindas do processo de comercialização.

Quanto à estrutura fundiária, os microestabelecimentos (0-50 ha) predominam, com cerca de 870 propriedades, que representam 73% do total da área de produção, seguidos dos pequenos (50-100 ha), com 20%, e médios produtores (100 ha e mais) com 7%, totalizando um percentual de 27% da área de produção.

A olericultura vem também se destacando no município com produções elevadas. A atividade é desenvolvida na parte alta do município e sua comercialização é efetuada diretamente na Ceasa.

Segundo a Emcaper, os pontos de estrangulamento de Alfredo Chaves são o tradicionalismo, gerando barreiras às novas idéias que surgem; a falta de um planejamento mais abrangente, impedindo o crescimento do município; e uma grande ausência de políticas efetivas de *marketing*.

Não existem propriamente agroindústrias no município, mas atividades econômicas caseiras com o objetivo precípua de complementação de renda do produtor, sendo a comercialização realizada internamente no município; entretanto, apesar de ainda embrionária, a atividade possui um grande potencial de expansão, dependendo do desenvolvimento do turismo.

Quanto à assistência técnica e rural, a Emcaper cobre cerca de 40% da demanda. Entende-se que toda a demanda está sendo atendida, pois o trabalho é desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, com parceria da Seag, que dispõe de dois técnicos e um bacharel em Turismo.

O Pronaf (via Banco do Brasil e Sicoob) vem atendendo parte da demanda no que se refere a custeio. Mas os investimentos são praticamente inexistentes devido à falta de recursos.

2.5.3. Indústrias instaladas no município

Encontram-se instaladas em Alfredo Chaves um total de 15 indústrias de vários gêneros. Entre eles, o que mais se destaca é o de alimentação, possuindo 4 empresas e empregando um percentual de 52% do total dos 92 postos de trabalho gerados no setor.

No contexto microrregional, Alfredo Chaves, com apenas 3% do número de unidades instaladas e 1% do pessoal ocupado, é um dos municípios menos industrializados da microrregião, estando acima apenas de Marataízes e de Piúma.

2.5.4. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 117 empregados registrados no comércio e 395 no setor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 2% e 3%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião Metrópole Expandida Sul.

Comparando-se este número com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 79% deste total.

2.5.5. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.5.6. Agências bancárias existentes no município

- Banestes
- Banco do Brasil
- Sicoob – Bancoob

2.5.7. Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Desenvolvimento Econômico
- Finanças
- Meio Ambiente e Turismo
- Planejamento
- Transporte e Obras

O município não possui PDU elaborado e aprovado.

2.5.8. Estruturas do Estado presentes no município

- Emcaper (escritório local)
- Idaf

2.5.9. Agência de desenvolvimento municipal

Inexistente.

2.5.10. Consórcios intermunicipais

Ainda inexistentes. Pensa-se na implementação de um na área da saúde; para tanto, já estão sendo formalizados contatos entre os municípios.

2.5.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Mulheres Rurais (Amurac) — Desde o início da década de 90 vem procurando promover discussões voltadas à produção rural, valorizando ainda mais a participação da “mulher rural” no processo de desenvolvimento do município.

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal de Ação Social

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Segurança

Escola Família Agrícola de Alfredo Chaves (EFA) — Seus principais objetivos são: a) promover a formação humana, a partir de uma educação participativa entre famílias, monitores e coordenadores rurais; b) fortalecer a entidade do ponto de vista institucional, tendo em vista a transformação do primeiro grau para o ensino médio;

c) promover uma educação apropriada para o meio rural, possibilitando aos jovens e suas famílias escolherem um melhor caminho após o término do segundo grau; e d) proporcionar um ambiente educativo, despertando a consciência de liberdade, responsabilidade e cooperação.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais
(Geraldo Natal, telefax 269-117)

Sindicato Patronal Rural
(José Gracelli, telefax 269-1347)

2.5.12. Projetos potenciais

A prefeitura conta com os seguintes projetos potenciais:

- a) construção de uma hidrelétrica;
- b) saneamento do rio Benevente;
- c) incentivo ao turismo;
- d) *idem* em relação à produção de café.

Com tais projetos, a prefeitura pretende explorar o turismo na região, que se encontra em fase de expansão, além de garantir recursos para o investimento na produção de café

2.5.13. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.5.14. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.5.15. Turismo

Existem na região 12 unidades de hospedagens, dividindo-se entre hotéis e pousadas, facilitando a hospedagem de pessoas que a procuram como meio de lazer. Um dos pontos turísticos mais importantes da região é a cachoeira “Engenheiro Reeve” (cachoeira de Matilde), que possui cerca de 300 m de trilhas, fazendo com que haja uma procura significativa por parte de pessoas que gostam de praticar o turismo de aventura.

A vocação turística do município está ligada ao agroturismo, destacando-se o turismo rural, com inúmeras fábricas de produtos caseiros, entre eles a mariola, especialidade da região.

2.5.16. Instituições entrevistadas

Emcaper (escritório local)
(Romar Botecchia, telefax 269-1299)
Rua Cais Costa Pinto, s/n.º
Centro
Alfredo Chaves ES
29.240-000
E-mail:achaves@emcaper.es.gov.br

Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves
(Antelma, telefax 269-1114)
Rua Projetada, s/n.º
Bairro Portal dos Ipirangas – 29.240.000
Alfredo Chaves ES

2.6. MUNICÍPIO DE PIÚMA

2.6.1. Introdução

Antiga aldeia dos índios puris, a pequena Piúma, que possui apenas 73,86 km² de área (0,15% do território estadual) e uma população estimada de 12.960 habitantes, já não tem quase nenhuma característica do balneário bucólico de até duas décadas atrás. O turismo alterou completamente sua dinâmica urbana e econômica. Sua população urbana (93% do total), que tem crescido a uma taxa média geométrica anual de 6%, bem acima da média do Estado (2,5%), busca novos postos de trabalho gerados pelo turismo, este responsável também pela expansão da arrecadação estadual (principalmente ICMS).

2.6.2. Setor agropecuário

Dados fornecidos pela Emcaper local para 1998 demonstram que:

O café e a mandioca constituem-se culturas de maior peso econômico.

O café em coco apresenta uma produção anual de 260 toneladas, gerando 42% da renda total do setor. A área plantada (195 ha) representa mais de 40% das áreas destinadas à atividade agrícola. Há uma grande perspectiva de crescimento da produção de café tipo clonal, inclusive incentivado pela Emcaper local.

Gerando 10% da renda agrícola, a mandioca ocupa 52 ha de área, com uma produção de 750 t/ano.

A cultura de coco apresenta alguma representatividade, com 8% da rentabilidade total. As demais atividades — cultura de milho, arroz, feijão e extração de borracha (seringueira) — são tradicionalmente realizadas pelo pequeno produtor, sem, no entanto, agregar valores substanciais a sua renda.

A fruticultura tropical possui boa potencialidade. Há uma perspectiva bastante positiva quanto ao maracujá, tanto em aumento das áreas cultivadas, quanto da renda gerada. Embora timidamente e sem utilização de tecnologia, produzem-se maracujá, manga, goiaba, graviola e abacaxi, quase sempre para atender à demanda da Ppfrut, agroindústria local que produz polpas de fruta para o mercado regional.

A pecuária é estritamente bovina, com predominância da produção leiteira sobre a de corte. A área de pastagens é de 5.197 ha, para um rebanho de 6.020 cabeças. A produção anual é de 1,5 milhão de litros.

Em relação à distribuição fundiária, Piúma possui 96 pequenas propriedades (10 - 50 ha), 17 médias (50-200) e apenas 12 grandes (acima de 200). A mão-de-obra utilizada é estritamente familiar.

O principal ponto de estrangulamento do setor agropecuário local consiste na precariedade das estradas vicinais. Os rios Benevente, Novo e Iconha banham o município, causando a necessidade de construção e manutenção, hoje inexistentes, de diversas pontes.

2.6.3. Atividade pesqueira

A média mensal de produção de pescado é de aproximadamente 160 toneladas. Cerca de 520 pescadores utilizam 110 embarcações de 6,5 a 11 metros.

Piúma concentra cinco fábricas de gelo e cinco estaleiros — dos quais três constroem embarcações. O restante faz manutenção. Dispõe de 8 câmaras frigoríficas, sem registrar as do mercado de peixe, além de mais de 14 caminhões refrigerados que transportam o pescado. A produção é destinada aos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Vitória e para a região.

Na cidade está sediada a primeira escola de pesca do País, a Escopesca de Piúma, fundada em 6 de novembro de 1986, atuando principalmente junto à comunidade pesqueira da região, com cursos de aperfeiçoamento para pescadores artesanais e curso regular da 5.^a à 8.^a série. O currículo possui matérias do núcleo comum (português, geografia, etc.) e matérias ligadas ao setor pesqueiro: mecânica naval, carpintaria naval, arte de pesca, tecnologia do pescado, navegação, legislação pesqueira, captura e natação, além do turismo. Funciona em horário integral, das 7:30 às 17:00 horas. A Escopesca pertence à Secretaria Estadual de Educação, seguindo o regimento comum das escolas estaduais. A parte produtiva é gerida pelo Conselho de Escola, com o apoio da Associação Escola Comunidade.

O fomento à atividade pesqueira, não só em Piúma, mas em toda costa capixaba, é uma importante reivindicação do setor. Atualmente, o Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Bandes) possui um programa de apoio à pesca, o Programa Pró-Canoa. Esta linha de crédito é viabilizada com recursos do Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Propen) para aquisição e recuperação de embarcações por pescadores artesanais. O limite de financiamento é de R\$ 3 mil. A concessão de recursos está temporariamente suspensa para avaliação do programa (1999); mas, segundo a Diretoria Operacional do Bandes, deve ser disponibilizada brevemente, além de estarem em andamento estudos sobre a possibilidade de apoio financeiro a outros projetos de captura do pescado.

A Colônia de Pescadores de Piúma é presidida pelo Sr. Vandelci Bourguignon Dias e funciona em sede situada à rua Adalberto Taylor, 1056, junto à Emcaper. Telefone de contato: 520-1695.

2.6.4. Indústrias instaladas no município

A atividade industrial é extremamente modesta em Piúma. Dados do Ideies para 1998 contabilizam apenas 39 estabelecimentos instalados (menos de 9% das unidades industriais da microrregião e 0,6% em relação ao total do ES).

As indústrias existentes são de pequeno porte e ofertam apenas cerca de 90 empregos diretos, 1,07% do total gerado na microrregião.

A maior representação está nos gêneros minerais não-metálicos e alimentos, que, juntos, somam 20 empresas e geram 68% dos empregos.

2.6.5. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 239 empregados registrados no comércio e 500 no setor serviços. Estes números representam, em termos percentuais, 4% e 9,5%, respectivamente, do total de empregados registrados na Microrregião MetrÓpole Expandida Sul.

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 78% deste total.

2.6.6. Centro/distrito industrial

Embora o município tenha criado um pólo industrial em dezembro de 1996, segundo a prefeitura, faltam infra-estrutura, telefonia, água e pavimentação. Há apenas uma indústria instalada.

2.6.7. Agência bancária presente no município

- Banestes

2.6.8. Prefeitura Municipal de Piúma

Secretarias ligadas ao desenvolvimento econômico:

- Administração
- Agricultura
- Finanças.
- Planejamento
- Transportes/Obras e Infra-estrutura

Até o momento, não possui Plano Diretor Urbano. Segundo a prefeitura, o projeto do PDU seria apresentado à população em junho de 1999.

2.6.9. Estruturas do Estado e do governo federal presentes no município

- Emcaper
- Idaf

- Funasa

2.6.10. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.6.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Turismo

Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

Obs.: A Cooperativa de Produtores Rurais de Piúma faliu, e a Associação de Produtores Rurais está desativada. Não há sindicato de produtores rurais, mas alguns produtores do município são filiados aos sindicatos de Anchieta e de Iconha.

2.6.12. Projetos potenciais

A Petrobras e algumas empresas (Unocal, Shell, Agip, YPF, etc.) estão investigando a existência de uma jazida de grandes proporções na costa sul capixaba. Esta pesquisa deriva de recentes sondagens sísmicas realizadas através de embarcações da Petrobras e da firma francesa Compagnie Général Géophysique (CGG).

As primeiras perfurações estavam programadas para iniciar-se no mar de Piúma ainda em 1999. Tudo indica que a partir de 45 km da costa municipal serão instaladas as plataformas, por ter aí uma menor lâmina d'água, o que será economicamente mais viável à Petrobras.

Se as perspectivas se confirmarem há uma estimativa de incrementos de até 100% da arrecadação local através do recebimento de *royalties*.

A confirmação da jazida também provocaria impactos na região, como a atração de empresas produtoras de insumos e serviços ligados à atividade, ampliando a oferta de empregos.

Ferrovias Litorânea Sul – O projeto prevê a ligação de Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, passando por Ponta de Ubu, porto da Samarco Mineração. A ferrovia também ligará o Espírito Santo ao Rio de Janeiro e a São Paulo, impulsionando sobremaneira o desenvolvimento da economia do Sul do Estado.

Para que haja impacto não só no transporte de cargas, é necessário reformulações no projeto original, para que sejam previstas estações de passageiros nas cidades do Litoral Sul.

Segundo a Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Aderes), os parceiros do Governo do Estado no projeto são os seguintes: Samarco, CST, Convix, Sindiex, CVRD, FCA, Braminex e Interférrea. O valor total do projeto é de US\$ 113 milhões, e seu estágio atual é de discussão com setores do governo federal para que as obras sejam iniciadas em 1999, a partir do trecho Flexal-Viana.

Projetos da Prefeitura Municipal de Piúma – Visando à geração de empregos na construção civil, a prefeitura criou a Lei n.º 762, de 07 de dezembro de 1998, que concede incentivos fiscais a empresas que utilizarem 100% de mão-de-obra local. A estimativa é gerar 2 mil empregos/ano com a iniciativa.

Destaca-se também o esforço da municipalidade em incrementar o Pólo Industrial de Piúma, área contemplada com incentivos fiscais. Já estão sendo avaliados projetos para instalação de indústrias metalúrgicas de pequeno porte, derivados de frango e pescado, doces e refrigerantes.

2.6.13. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.6.14. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.6.15. Turismo

Localizado a 90 km da Capital, o balneário está ligado aos grandes centros nacionais por rodovias pavimentadas — a BR-101 e a ES-060, Rodovia do Sol. Esta facilidade de acesso contribui para que Piúma, que possui uma população fixa em torno de 13 mil habitantes, receba até 500 mil turistas no verão.

Os oito quilômetros de litoral que a cidade oferece aos turistas são típicos da costa Sul do Espírito Santo, caracterizados pela formação de uma cadeia de ilhas próximas à orla, ilhas essas tombadas como patrimônio natural e paisagístico.

A riqueza da fauna e da flora marinhas e os manguezais dos rios Benevente e Iconha oferecem boas alternativas para o turismo ecológico, mas a maior demanda é representada pelo turismo familiar.

O turismo é a atividade que mais auferir receitas ao setor público e a que mais emprega. Há uma boa estrutura de hospedagem: 23 pousadas, 4 hotéis e 3 campings. Um fator limitante é a infra-estrutura urbana, pouco planejada. O município, que cresceu desorganizadamente, até o momento não possui Plano

Diretor Urbano. A prefeitura previa a apresentação do projeto do PDU à população em junho de 1999.

A produção artesanal, conhecida internacionalmente, tornou Piúma conhecida no meio turístico como a *cidade das conchas*. A atividade ocupa mais da metade da população nativa.

Principais pontos turísticos:

Praia Doce – Localizada no centro da cidade, é a foz do rio Piúma. Ali estão sediados a Escola de Pesca, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Ginásio de Esportes.

Praia Acaiaca – Possui areia monazítica, estando ali sediada a feira de artesanatos.

Praia do Corujão – Onde são realizadas atividades esportivas aquáticas.

Praia Maria Neném – Com cenário primitivo, é onde se encontra a matéria-prima para o artesanato local.

Praia do Aghá – Fica abaixo da elevação de mesmo nome. Ali foi encontrada a concha “Oliva Zelindea”, a mais rara do mundo.

Praia do Pau Grande – Está localizada entre o município de Piúma e o distrito de Iriri (Anchieta), próximo à lagoa da Conceição, outro ponto muito procurado.

Ilha do Gambá – Ligada por um istmo ao continente, é refúgio para aves e animais marinhos. Espécies de fauna e flora ainda não catalogadas foram descobertas nesse parque natural.

Ilha do Meio – Localizada a 500 m da praia, é rica em bromélias e orquídeas. Amplamente procurada para a pesca de arremesso.

Ilha dos Cabritos – Localiza-se a 15 minutos do continente, trecho esse realizado por barcos programados com antecedência. É coberta de mata nativa, sendo a preferida dos turistas familiares, que buscam sua pequena praia de águas cristalinas.

Ilha dos Franceses – Fica a 45 minutos do continente e o transporte é programado com antecedência. A grande procura é pelo mergulho e pela pesca oceânica. A ilha possui um farol construído pelos franceses em 1730, que é alimentado por energia solar.

Rio Piúma – Circunda o balneário. Sua nascente é a Serra de Richmond, em Vargem Alta. Faz parte da bacia do rio Novo. Propício para passeios de barco.

Monte Aghá – Com 300 metros de altura e forma piramidal, é o “cartão postal” do município. Muito procurado para vôos de asa-delta e escaladas.

Morro do Ilkyara – Abrigava antigamente uma aldeia indígena. Oferece vista panorâmica de 360 graus em direção a Piúma.

Vale do Orobó – Campos verdes entrecortados pelo rio. É propício para o turismo rural. Possui sítio arqueológico procurado para pesquisas.

2.6.16. Instituições entrevistadas

Emcaper (escritório local)
Rua Adalberto Taylor, 1056
Piúma ES
29.285-000
Telefone: 520-1605

Prefeitura Municipal de Piúma
Av. Danilo Monteiro de Castro, 45
Piúma ES
29.285-000
Telefone: 520-1611

Obs.: Esclarecimentos foram prestados pelas instituições:

- Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Aderes)
- Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Bandes), através de sua Diretoria Operacional.

2.7. MUNICÍPIO DE ICONHA

2.7.1. Introdução

O município de Iconha possui uma população de 11.114 habitantes, distribuídos em 203 km² de área territorial, o que resulta em uma densidade demográfica de 54 habitantes por km². A população rural é superior à urbana, isto como reflexo de um perfil socioeconômico baseado nas atividades do setor agropecuário. Apesar do predomínio da população rural sobre a urbana, há uma tendência de inversão, pois no período de 1970 a 1996 a população urbana cresceu a uma taxa de 3,80% enquanto a rural, a uma taxa de 0,67%. A sede do município fica a 90 Km da Capital do Estado.

2.7.2. Setor agropecuário¹

É a base da economia local, sendo a cafeicultura a principal atividade do setor. O cultivo do café conillon (variedade predominante) ocupa uma área de 2.760 ha, alcançando uma produção anual de 2.361 toneladas, totalizando R\$ 4.329.600,00, correspondentes a 62% do valor bruto da produção agrícola (VBP).

A bananicultura, segunda atividade em importância econômica para o município, teve seu início na década de 60 e seu ápice nas décadas de 70 e 80, desempenhando importante papel no desenvolvimento econômico municipal. No período de auge, a cultura chegou a ser a principal fonte de renda dos agricultores, ocupando uma área de 5 mil ha, que hoje está reduzida a 2.550 ha, ainda assim, próxima à do café conillon (2.760 ha).

A ocorrência do *mal do Panamá* na década de 80 foi o início de um declínio na atividade, agravado pela instabilidade econômica do País, com altos índices inflacionários, sucessivos planos econômicos e redução na disponibilidade de créditos agrícolas. A conjuntura desfavorável teve efeitos maiores na bananicultura, mais vulnerável que o café, o qual sempre teve a garantia do mercado externo. Apesar de toda a crise, a cultura é, ainda hoje, bastante importante na economia municipal, com produção de 12 mil toneladas (banana-prata), que significam R\$ 1.800 mil (26% do VBP). Apesar de todos os esforços desenvolvidos, o *mal do Panamá* ainda persiste, porém em grau que pouco compromete a produção total. A praga não tem tratamento específico. A Emcaper chegou a pesquisar variedades resistentes; contudo, a solução mais viável está ligada à nutrição do solo, que impede a propagação da doença.

A comercialização da produção é feita via intermediários, para a Ceasa/RJ. Existem quatro empresas que possuem toda a estrutura de comercialização do produto e dominam o processo em âmbito municipal.

¹ Todas as informações quantitativas utilizadas neste subitem tiveram como fonte o escritório local da Emcaper. Dados para 1999.

O café, da mesma forma, é comercializado por intermediários que possuem toda a estrutura necessária, incluindo armazéns, secadores e máquinas de pilar.

Dentre as culturas agrícolas presentes no município, aparecem ainda o milho, o feijão, o arroz e a mandioca, que, somadas às áreas plantadas, totalizam 691 ha (10% do total da área plantada). Em termos de valor, não chega a 5% do VBP, o que demonstra o caráter de subsistência destas culturas.

A pecuária municipal caracteriza-se como atividade pouco especializada, funcionando principalmente como uma alternativa de diversificação e complementação de renda da propriedade. São 227 produtores com um rebanho bovino de 8.310 cabeças em 7 mil ha de área de pastagens. Deste universo, existem 77 produtores que são fornecedores de leite para cooperativas (Selita e Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves — Clac). A produção é de 1.750 mil litros anuais.

A agropecuária local desenvolve-se com base na pequena propriedade familiar. A maioria dos estabelecimentos (92%) tem até 50 ha de área.

A expressiva produção de banana faz com que a agroindústria seja apontada como a grande potencialidade agrícola do município. A iniciativa agregaria valor à produção, geraria emprego, renda e receita para o município e garantiria um melhor retorno financeiro para o pequeno produtor rural.

Em relação ao crédito agrícola, o município conta com recursos do Pronaf (via Banco do Brasil), Banestes e Cooperativa de Crédito de Alfredo Chaves. Os créditos são para custeio.

2.7.3. Setor comércio/serviços

De acordo com informações contidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, o município possui 366 empregados registrados no comércio (6% do total de empregados registrados na Microrregião MetrÓpole Expandida sul) e 810 no subsetor serviços (6%).

Comparando-se com o somatório dos postos de trabalho formal em todas as atividades econômicas do município, verifica-se que o setor terciário representa 86% deste total.

2.7.4. Indústrias instaladas no município

Iconha possui 22 estabelecimentos industriais instalados, representando apenas 5% do total de indústrias da microrregião. O gênero madeira é destaque, com quatro empresas, que empregam 23 pessoas (18% do total de pessoas ocupadas em atividades industriais no município). Estas empresas provavelmente são as mesmas que dominam a comercialização da banana no município, e a atividade refere-se ao encaixotamento das frutas.

2.7.5. Centro/distrito industrial

Inexistente.

2.7.6. Agências bancárias presentes no município

- Banestes
- Bradesco
- Caixa Econômica Federal

2.7.7. Prefeitura Municipal de Iconha

Secretarias ligadas ao Desenvolvimento Econômico:

- Secretaria Municipal de Agricultura
- Secretaria Municipal de Transportes/Obras

Obs.: O Município não possui PDU aprovado.

2.7.8. Estrutura do Estado presente no município

Emcaper (escritório local)

2.7.9. Agência de desenvolvimento local

Inexistente.

2.7.10. Consórcios intermunicipais

O município atualmente não participa de nenhum consórcio intermunicipal.

2.7.11. Associações, conselhos, cooperativas, sindicatos, ONGs e outros

Associação de Pequenos Agricultores de Campinho e Pedra Lisa (Apacap)
Responsável: Giovanni Fusi – End.: Campinho – Iconha-ES (Tel.: 560-1134)

Sindicato Patronal Rural

Responsável: José Manoel Monteiro de Castro – End.: Rua Muniz Freire, n.º 65 – Centro – Iconha-ES (Tel.: 537-1722)

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Responsável: Paulino Bayerl – End.: Av. Anchieta – Iconha-ES

Mepes (Escola Família Agrícola de Campinho)

Grupo Ambientalista Iconhense (Grami)

Conselho Municipal de Educação
Conselho Municipal da Merenda Escolar
Conselho Municipal da Assistência Social
Conselho Municipal do Trabalho

2.7.12. Assentamentos rurais

Inexistentes.

2.7.13. Instituições de ensino superior

Inexistentes.

2.7.14. Instituições entrevistadas

Prefeitura Municipal de Iconha
End.: rua Muniz Freire, 65 – Centro – Iconha-ES
CEP: 29280-000 (Tel.: 537-1383)
Responsável pelas Informações: Lauromir Gobetti

Escritório local da Emcaper
End.: Anexo à Prefeitura
Tel.: 537-1129
Responsável pelas Informações: Marlúcio P. Bayer